

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Conexão Brasileira*

Class.: *1128*

Data: *13.12.89*

Pg.: _____

Grupo inicia apuração do contrabando de minérios

Os membros da Comissão Interministerial que estão investigando o contrabando de minério em Rondônia viajam, amanhã, para Ariquemes, a 400 quilômetros de Porto Velho, a fim de apurar as ações das empresas clandestinas, que já causaram prejuízo de 150 milhões ao País. Segundo o secretário executivo do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Ovídio Marques de Araújo, o Governo descobriu a maior evasão de cassiterita para Bolívia, que provocou a queda do preço do estanho em quase 40 por cento. De 120 dólares a tonelada do produto, passou para 80 dólares.

Ovídio Araújo, que está presidindo a comissão formada por membros dos ministérios da Justiça, do Interior, das Minas e Energia e da Fazenda, garante que em 1987 a produção anual de estanho na Bolívia foi de 8 mil 186 toneladas, passando em 1988 para 10 mil e 500 e em 1989 para 14 mil e 500, sem que nenhuma outra mina fosse encontrada no País. Essa evasão equivale a uma perda de 70 por cento anual em divisas nessa atividade.

De acordo com o secretário do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, as investigações vão apurar também o tráfico de drogas na região. Ariquemes é con-

siderado hoje não só uma das maiores rotas de contrabando de minério, mas também de tráfico de entorpecentes. "As empresas clandestinas estão atuando sem qualquer interferência da polícia e isto tem facilitado também a ação de traficantes e criminosos. Os membros da comissão interministerial viajarão em um avião da Funai e devem apresentar um relatório sobre a visita dentro de

30 dias.

FRONTEIRA

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma disse ontem que participará, ainda este mês, de uma reunião na fronteira com a Bolívia, na qual agradecerá a colaboração das Forças Armadas e da polícia boliviana nas investigações de roubo de pequenos aviões, com envolvimento de brasileiros.

Governo retira garimpeiros

O presidente José Sarney assinou, ontem, decreto instituindo o Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami e da Floresta Nacional, em Roraima. Tão logo a verba de 11 milhões e 500 seja aprovada, a Polícia Federal iniciará a operação de retirada dos 45 mil garimpeiros e de outros invasores que ocupam as terras dos Yanomami. A ação contará com a ajuda da Funai, Departamento Nacional de Produção Mineral e Ministério da Saúde. Segundo o diretor-geral do DPF, Romeu Tuma, o trabalho começará após as eleições a partir da região do porto indígena de Paa-Piu.

O texto, assinado pelos ministros da Justiça, Saulo Ramos; das Minas e Energia, Vicente Fialho; do Interior, João Alves e da Saú-

de, Seigo Tsuzuki, propõe a criação de um sistema de vigilância nessas áreas indígenas para evitar novas invasões. Além disso será elaborado um plano de assistência médica, com implantação de projetos emergenciais e permanentes de saúde em defesa daquelas populações.

Cabe ao ministro Saulo Ramos a responsabilidade de requerer dos ministros do Exército e da Aeronáutica o apoio necessário à efetivação das operações. A ocupação da área de Paa-Piu por equipes da Funai e da Polícia Federal terá duração de 30 dias. Neste período, os garimpeiros serão remanejados para Boa Vista ou áreas indicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia.